



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

OS ESPAÇOS DE PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS: BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA?

REGIS, Caren Victorino.

Mestra em Educação e Especialista em Administração escolar e Gestão Educacional

Pontifícia Universidade Católica – RIO

carenv@gmail.com

Resumo

O presente trabalho surge da necessidade de se pensar os espaços de pré-vestibulares comunitários que tem como elemento fundamental o ingresso no nível superior. Dentro desse espaço foi-nos (a mim e outros pedagogos) dado um desafio, tentar resolver o “problema” dos educandos não aprenderem, de tentar da melhor forma equacionar o problema tempo-ensino-aprendizagem, isto porque segundo os professores do curso pré-vestibular, os “alunos” teriam muitas dificuldades para apreensão dos conteúdos e o tempo que lhes é disponível não colaborava para que a aula fosse produtiva. Tal dado viria reforçado por estes alunos serem egressos de escolas públicas brasileiras, que trazem em si o estigma da má qualidade educacional, ou seja, escolas que não formariam adequadamente para continuação dos estudos os educandos. Vale frisarmos que pré-vestibulares são espaços de educação não formal que buscam a inserção na Educação Superior, investindo numa suposta “deficiência” oferecendo “reforço” de uma educação formal. Diante desta dualidade posta, refletimos sobre a importância não só de concepções político-filosóficas inerentes a estes espaços, em específico dos PV comunitários, mas como isto interfere na realidade e na prática dos agentes sociais que lá estão. A metodologia consistiu em pesquisa qualitativa com a realização de duas entrevistas semiestruturadas.

Abstract

This text thinks about community pre-university that has essential element the enter in the higher education. In this spaces went to make a dare: solve the problem of students that don't learn, the best way of trying to solve the problem teaching and learning, because according to teachers of course, the students would have difficult understanding the content and the time is bad to learn. This data would be because the students are public schools, that have label of bad education. This schools don't form adequate. The community pre-university are non-formal education that hope to enter in higher education, investing in a supposed disability offering strengthening of a formal education. We reflect on the importance of not only political and philosophical concepts inherent in these spaces, in particular the community pre-university, but it interferes with the reality and practice of social agents who are there. The methodology consisted of qualitative research with the completion of two structured interviews.

Palavras-chave: Ensino superior; Pre-vestibulares comunitários; coordenação pedagógica; cidadania.

Keywords: Higher education; Community pre-university; coordinating education; citizenship.

PAP1331

Os pré-vestibulares são espaços não formais de educação, que tem como objetivo preparar para admissão no ensino superior. Isto significa que eles procuram preencher uma lacuna entre a escola e o ingresso no ensino superior, ou seja, preparar os alunos para o vestibular e agora também o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio). Para entendermos o motivo da criação e perpetuação de pré-vestibulares comunitários, que desde seu nascimento tem como função incluir jovens de camadas populares e afro-descendentesⁱ no ensino superior ainda pensando na lacuna que se coloca entre escola e universidade, sendo esta uma forma também de inclusão social, ou seja, ingressar na universidade também significa abrir novas oportunidades econômicas, culturais, políticas e sociais.

Desta forma, os PVCs propõem uma tarefa de inclusão social, na medida em que o interesse de seus alunos no ensino superior geralmente representa um passo significativo para mudanças em suas vidas, com a abertura de novas possibilidades de mobilidade social. Inclusão aqui entendida como uma forma de se estar no mundo entre as suas muitas possibilidades, como trabalhar, estudar, ter direito a saúde pública, transporte, moradia, entre outras maneiras de participar de uma sociedade. O discurso dos direitos e deveres não é banalizado, mas é repensado, pois se direitos básicos sociais não são atendidos, como se pensar em formas mais complexas de participação e decisão na sociedade. Assim, a inclusão social de PVCs se faz no âmbito da construção da viabilização da entrada destes sujeitos naquilo que a sociedade oferece (educação em nível superior), resgatando seu direito, sua cidadania. Este é o horizonte que mobiliza aqueles que pensam e realizam este tipo de projeto.

Os espaços comunitários e não-formais, tem uma como uma de suas funções a emancipação do ser, em termos sociais, e também de superação pessoal, indo ao encontro diretamente no campo do sujeito e de suas conquistas. Para tanto a aprovação nos exames para o ingresso no ensino superior é colocada em segundo plano, pois o que realmente seria mais importante é a convivência num espaço (PVC) que proporcionasse *enriquecimento pessoal, social e cultural*. É clara a contradição que existe dentro dos PVCs, pois ao mesmo tempo que são projetos para o ingresso no ensino superior com um “reforço ao ensino formal”, também não perdem de vista a questão política e de formação mais geral, no sentido da cidadania e de uma visão crítica da sociedade e da própria escolarização formal que se constrói neste espaço sociocultural e educacional alternativo.

Os PVCs são espaços não formais de educação que se pautam em suprir as necessidades (desta forma se aproximando) dos espaços formais de educação, como a escola; logo, não desvinculando o discurso de escola pública “fracassada”, que não garante a muitos espaços dentro da sociedade de direitos. Nesse sentido, Miguel Arroyo (1992), afirma que:

tanto na escola privada quanto na pública a lógica não é muito diferente: há uma indústria, uma cultura da exclusão. Cultura que não é desse ou daquele colégio, desse ou daquele professor, nem apenas do sistema escolar, mas das instituições sociais brasileiras, geradas e mantidas, ao longo deste século republicano, para reforçar uma sociedade desigual e excludente. (pp.46)

Seria então demasiado superficial crucificar a escola pública sem aprofundar a discussão sobre o sistema político e social vigente e suas estratégias de reprodução.

Os alunos dos PVCs

Os alunos são parte essencial desses espaços educativos, pois eles são chamados de comunitários a partir do momento que oferecem atendimento a alunos que não podem pagar “cursinhos”ⁱⁱ e que ao mesmo tempo necessitam de outras contribuições para sua formação. Vale tratarmos sobre a questão familiar, que é um importante fator para o caminho escolar da criança, já que para Bourdieu os indivíduos não se fazem como autônomos e individualistas, mas sim como “fruto” de um todo social, ou seja, cada um traz em si uma “bagagem” coletiva que foi socialmente herdada, sendo o capital cultural o maior elemento formador da pessoa o que trará resultados no “sucesso ou fracasso” escolar.

A vivência em família seria uma forma de preparação para a vida escolar. Como na sociedade capitalista a escola se basearia na chamada “alta” cultura que corresponderia à cultura das classes dominantes, em que os pertencentes a essa não teriam dificuldades de se manter neste espaço, já que saberiam decifrar seus códigos, símbolos, conteúdos, entre outros. Seria a afirmativa de que a escola não foi feita para todos, pois as crianças de camadas populares não entenderiam e temeriam esse espaço, já que ele agregaria concepções e simbologias diferentes e desconhecidas, que os excluiriam.

Magda Soares (1988) discute algumas das justificativas colocadas por diferentes setores da sociedade ao longo dos anos para explicar o fracasso escolar de alunos oriundos das camadas populares. A primeira delas seria a *ideologia do dom*, nesta explicação os alunos não aprenderiam por questões individualmente naturais, em que os mesmos não teriam características para aprender, não teriam o dom da aprendizagem.

A segunda explicação pautar-se-ia pela *deficiência cultural*, ou seja, uma carência/ausência cultural que não permitiria que os alunos aprendessem, logo a pobreza não seria apenas econômica, mas também de teor cultural, isto resultaria “*em deficiências afetivas, cognitivas e lingüísticas, responsáveis por sua incapacidade de aprender e por seu fracasso escolar*” (SOARES, 1988, pp.13).

A terceira explicação surge com uma nova conceituação de cultura, entendida agora como culturas, termo “emprestado” da antropologia em que cultura é tudo aquilo que o homem produz, é a *lente* pela qual ele vê o mundo, estando em constante mudança, sendo dinâmica (LARAIA, 2007). Desta forma não existiria uma deficiência cultural e sim, diferenças culturais, pois como Soares (1988) aponta “negar a existência de cultura em determinado grupo é negar a existência do próprio grupo”. Mesmo entendendo a diversidade cultural, a escola continuaria a valorizar e assumir a cultura das classes dominantes, logo, os alunos das camadas populares teriam seus padrões culturais considerados como errados. A “culpa” aqui voltar-se-ia para a escola, que não abrangeria e nem valorizaria as diferenças culturais. Mas vale notar, que nesta teoria, das diferenças culturais, não saber e não conhecer o dinamismo escolar acaba por se tornar uma deficiência. Dessa forma, na escola, diferença é deficiência. E é essa mesma escola que de impotente (que exclui, que não agrega seus alunos) se propõe também como redentora, pois através dela as pessoas se instrumentalizariam para conseguir melhores condições sociais, econômicas e sociais. Mas o que realmente pode fazer a escola diante das desigualdades já impostas pelas relações sociais? O quão perverso é se pensar numa escola salvadora? Como ter a escola como um real agente transformador? E a pergunta que levou a realização do trabalho monográfico, que ora apresento: Como fazer um Pré-vestibular Comunitário com potência para ser esse agente transformador?

Bourdieu vem nos explicar o porquê da dificuldade em se transformar instituições do sistema em instituições progressistas, já que para ele, mesmo não havendo uma relação objetiva e direta com a realidade, as pessoas e classes através de experiências e acúmulo históricos chegam a essa assertiva prática, não consciente, em que “observam” que seu grupo social está condicionado a certas chances sociais, assim determinando também suas esperanças subjetivas e suas estratégias de ascensão social; essa forma de pensar nem objetiva e nem subjetiva seria o que autor denominaria de *habitus*. Dentro deste pensamento podemos refletir sobre as estratégias que as diferentes classes traçam para a trajetória escolar, através das estimativas de sucesso e fracasso escolar (NOGUEIRA, 2009).

Na perspectiva destes autores, as classes populares seriam as que menos obteriam êxito escolar, deixando os estudos mais cedo e indo direto para o mercado de trabalho, por assistirem o fracasso da maioria desta classe, onde as escolhas seriam determinadas pelo imediatismo e pelo necessário. A escola seria algo distante, destinada a poucos que conseguem adquirir a cultura ali apresentada, ou seja, investir na escola seria um risco muito alto, já que as chances do fracasso seriam imensas. Acrescentam ainda que esta classe chegando à escola, obteria os menores títulos escolares, num tempo elevado, não sendo um retorno satisfatório em termos de ascensão social. A família não daria atenção e valor à vida escolar dos alunos, por entender que esta trajetória provavelmente seria curta e fada ao fracasso. Esta perspectiva está intrinsecamente relacionada com as explicações sobre a ideologia da deficiência cultural exposta por Soares (1988).

As classes médias teriam uma visão da escola como uma forma privilegiada de ascensão social, já que tal classe estaria inserida no meio escolar possuindo capital cultural suficiente para se manter neste espaço e ser

bem sucedida. Assim, estas famílias freqüentemente experimentam uma certa mobilidade social ascendente através da escolarização uma melhoria na vida econômica, o que daria sustentação para investir neste caminho, portanto as famílias estariam constantemente construindo meios para manterem os filhos na escola, guiando e acompanhando as crianças, dando total atenção para a vida escolar de seus filhos, seria o projeto de futuro de uma vida satisfatória. Um fator que deve ser destacado da classe média é que a escola seria o principal meio de aquisição de capital cultural, valores, símbolos e patrimônios reconhecidos como expressão da cultura legítima e significativa, e que pode ser alcançada com empenho e esforço. Neste caso a classe média teria uma cultura muito próxima da escola e estaria ali para obter esta cultura considerada legítima, a classe média teria como objetivo a aquisição de *capital cultural* através da escolarização.

A classe alta ou elite seria a formadora e constituidora dos símbolos e códigos da escola, portanto esse meio para ela não é algo distante ou inalcançável, é sim palpável e até mesmo um tanto negligenciado, já que não precisam da mesma para ascensão social, pois já estão no poder e na dominação, e a escola não seria o principal meio de aquisição de capital cultural. Além do mais tal classe por ser possuidora dos meios econômicos, da maior atenção para o consumo de bens materiais, e um possível fracasso escolar não representaria uma decadência social, já que esta possui o capital econômico, e a escola significa uma simples legitimação do já sabido, a sua posição de dominadora da sociedade.

Temos uma sociedade meritocrática e o próprio ingresso na universidade é uma demonstração disso, já que não existem vagas para todos em universidades públicas, não podemos negar as análises de Bourdieu (apud NOGUEIRA, 2009) e Soares(1988). Ainda assim, parece importante superar também a perspectiva determinista, já que estamos falando sobre espaços populares, que tem como base a humanização e uma proposta de resgate da cidadania.

Não há engano sobre o que se exige em provas de vestibular e agora no ENEM, ou seja, mesmo falando em capacidades e habilidades como requisitos das provas, é necessário saber alguns conteúdos determinados. O que não devemos é fingir que isto não ocorre, ensinando apenas valores e atitudes, ou supervalorizar os conteúdos como se os mesmos não tivessem uma origem, uma história e um motivo para serem ensinados. Aqui vemos claramente a relação entre os espaços não-formais e a educação formal, a busca incessante por inclusão social, que depende *a priori* da obtenção de determinados signos e símbolos da classe alta, mas também a luta por um lugar realmente popular, em que haja a valorização da cultura e das pessoas que partilham desse campo social, uma questão de pertencimento que se funde com a questão de sobrevivência.

Está aí o grande complicador e fundante dos pré-vestibulares comunitários e principalmente da coordenação pedagógica. Trabalhar com a educação não-formal, com vistas de uma preparação político-filosófica e cultural, mas ao mesmo tempo se ater aos mecanismos solidificados socialmente, que são os mesmo que excluem as camadas populares da escola, os saberes/conteúdos, símbolos e significados das instituições da Modernidade. Como conseguir qualidade educacional? O que seria qualidade educacional para os espaços não-formais de educação?

Esta discussão sobre os alunos e sua estrutura familiar, é necessária para pensar sobre os fatores externos que influenciam (não determinam) a educação, e também para entender o funcionamento de um pré-vestibular comunitário - PVC.

De certa forma as características dos alunos que são atendidos pelo pré-vestibular influem diretamente na estrutura e organização destes espaços educativos, ou seja, não basta apenas posicionamento político-ideológico, é preciso também o comprometimento com a ação educacional desenvolvida. Vale ressaltar que, nos PVCS estudados, a média de aprovação é de 30% a 40%. Tal fato demonstra que mesmo com menos da metade de aprovação, os cursos se mantêm e estão aprovando alunos para o ensino superior.

A coordenação pedagógica nos PVCs

A coordenação pedagógica de PVCs tem participação real e efetiva na gestão dos mesmos, já que estes espaços educativos têm em foco questões político-pedagógicas. Dentro desta perspectiva a gestão se constitui como um espaço que envolve o processo educativo, causando a mobilização dos agentes em torno

de objetivos e princípios, o que não exclui os conflitos, que serão geradores de novas mudanças, ações e transformações da realidade.

Como visto anteriormente, os PVCs estão pautados pela participação dos sujeitos, compreendendo tal iniciativa como a constituição de “cidadãos” que poderão desta mesma forma integrar a sociedade. Esta prática agregada aos cursos traz em si uma concepção política, como Lück (2009) afirma:

É pela participação que o indivíduo desenvolve a consciência do que é como pessoa, mobilizando suas energias e sua atenção como parte efetiva de sua unidade social e da sociedade como um todo. A participação democrática promove a superação da simples necessidade de associação humana, que pode ser orientada por um sentido individualista e oportunista, mediante distorção ou incompletude da formação humana para uma necessidade de integração do ser humano na sociedade, de se sentir parte dela e por ela responsável, de harmonizar e coordenar esforços do grupo, com a finalidade de realizar um trabalho mais efetivo, contribuindo para o bem de todos.

Desta forma, o trabalho do coordenador pedagógico consiste em integrar as partes envolvidas no processo educacional, com vistas ao melhoramento do mesmo, de acordo com padrões estabelecidos tanto pelos atores sociais envolvidos, como pela comunidade em que se está inserido.

O ensino superior no Brasil tem em seu histórico o rótulo de ser um espaço para as classes privilegiadas, isso porque desde seu início ainda no Império e posteriormente com a criação da primeira Universidade em 1920, era um espaço destinado as elites intelectuais do país, que a época também eram as elites econômicas, já que o país possui um índice elevadíssimo de analfabetismo, e o ensino secundário era dividido em propedêutico (que possibilitava o ingresso no ensino superior) e o profissionalizante (destinado à obtenção de uma profissão). Este cenário perpetuou-se por longos anos, até a primeira LDB de 1961, que garantiu que todos que cursassem o ensino secundário (propedêutico ou profissional) poderiam ingressar no ensino superior, o que causou um grande aumento na procura por vagas neste nível de ensino e assim, a crise dos excedentes (muitos alunos que se classificavam, mas não ingressavam no ensino superior por falta de vagas), e o aumento das universidades privadas. Esta é uma crise conhecida até hoje, muitos alunos e poucas vagas em universidades públicas, o que faz acirrar a disputa nos exames vestibulares e ENEM.

Os PVCs entram nesta lacuna, a falta de vagas, o excesso de alunos e a desigualdade educacional que dificulta ainda mais os estudantes de camadas populares ingressarem na universidade. No tocante a esta questão os PVCs não devem apenas fazer um “reforço escolar”, devem também proporcionar debates políticos, idas a diferentes ambientes culturais, enfim, dar possibilidades além do ensino, numa visão de construção da cidadania e de inserção na sociedade. Mas este também é um risco, pois ao mesmo tempo em que se tem essa visão político-filosófica, o “atraso escolar” dos alunos é apontado como um dos fatores problema dos cursos o que acaba por causar evasão. Então como obter uma qualidade educacional nos pré-vestibulares comunitários? Como não se desvincular das questões político-filosóficas e do ensino formal?

Autores como Saviani (1991) já explicitaram sobre as diferentes correntes pedagógicas existentes no Brasil ao longo dos anos e sobre suas posições quanto ao ato de educar. Mas como é sabido uma solução ainda não foi encontrada para os problemas educacionais brasileiros, que são persistentes.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu contribuir com o olhar sobre a educação não-formal e sobre a importância desses espaços como constituidores da formação não só dos alunos que lá estudam, mas também daqueles que trabalham nestes espaços. Desta forma, esta ação pode ser entendida como *locus* privilegiado de construção de conhecimento para as partes envolvidas e como uma forma de agir na sociedade.

Vale aqui também mencionar que as iniciativas dos pré-vestibulares foram: da coordenação de um programa de extensão da universidade e o outro se pauta na figura de uma ex-moradora da favela que conseguiu ingressar na universidade, trabalha na mesma e a partir daí quis fazer o caminho de volta a sua comunidade para trazer os benefícios adquiridos por ela. Assim a questão de pertencimento é essencial quando tratamos

de espaços populares e comunitários, que se veem à margem de uma sociedade, buscando a inclusão social e a inserção nas instituições sociais. A coordenação pedagógica neste meio tem o intuito de contribuir para uma educação de qualidade, no sentido de uma formação político-filosófica e cultural, sem perder de vista a necessidade de oferecer os saberes necessários para o ingresso no ensino superior. Este elo com o aluno se faz através da formação continuada dos professores, do debate amplo em instituições educacionais que tem nesta formação uma complementação à formação inicial, poderá servir de subsídio para uma melhor compreensão da prática exercida e do local que se trabalha, como Libâneo (2004, p:23) afirma que “*é no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade. Essa é hoje a idéia-chave do conceito de formação continuada.*” Logo, o espaço educacional tem o privilégio de favorecer a aprendizagem do professor, que diante das situações vividas, compartilha com seus pares, em busca de soluções, seria a práxis educativa. Ainda com Libâneo (2004) podemos compreender melhor a importância dessa reflexão sobre a prática, já que a docência “*não estará reduzida a uma atividade meramente técnica, mas considerada uma prática intelectual e autônoma, baseada na compreensão da prática e na transformação dessa prática.*”

Outro elemento importante a ser destacado é o entendimento da educação como um instrumento para se alcançar outros patamares sociais e pessoais. A pesquisa bibliográfica nos mostrou e a pesquisa empírica corroborou o fator da educação como uma *alavanca* da transformação social, vista como uma forma de humanizar-se, de trazer pertencimento, de fazer adquirir meios e materiais culturais, enfim a educação como um dos fatores sociais importantes para a elevação econômica e para acima de tudo se entender como sujeito de direitos e pertencente à sociedade, podendo construir sua própria história e a história coletiva.

Por fim, vale dizer que este trabalho tem o intuito de incentivar e ampliar a discussão sobre as práticas pedagógicas de espaços não-formais de educação, compreendendo a importância de tais práticas para um processo de ensino-aprendizagem significativo e satisfatório não só para os que são atendidos, mas também para aqueles que lá estão em formação.

Referências

- Arroyo, M.(1992) Fracasso-sucesso. O peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan/mar.
- Boudieu, P.(2009). Os três estados do capital cultural. In: Nogueira, M. A. (org).. *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Laraia, R. de B.(2007). *Cultura: um conceito antropológico*, 21ª edição. Zahar: Rio de Janeiro.
- Libâneo, J. C.(2004). A escola como organização de trabalho e lugar de aprendizagem do professor. In: Libâneo, J. C.. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa.
- Luck, H. (2009). *A gestão participativa na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes. Série: Cadernos de Gestão.
- Nogueira, M. A. (org). (2009). *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Savini, D. (1991) *Escola e democracia*. 25 ed. Coleção polêmicas do nosso tempo 5. São Paulo, Cortez.
- Soares, M. (2009). *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Editora Ática. 5ed.
- Vieira, F. (2009) Para uma visão transformadora da supervisão pedagógica. In: *Educação e sociedade*. Campinas, n. 106, vol. 30, jan/abr.

ⁱ Camadas populares é o termo que “designa grupos sociais que, pertencentes às classes dominadas, identificam-se por uma característica comum, a de constituírem um conjunto de grupos polarizados em oposição àqueles que detém o monopólio do poder e do controle econômico e social.” (SOARES, 1988, pp. 80-81). Os afro-descendentes seriam uma denominação que abrangeria diferentes raças e etnias, mas que teriam como base a origem de negros. Esta opção pelo termo se deu para que incluísse negros e pardos.

ⁱⁱ Os chamados “cursinhos” são pré-vestibulares privados que têm a função de preparar os estudantes para as provas de ingresso para o ensino superior.